

“Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”: um olhar dialógico para webnotícias sobre violência contra a mulher

“Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”: a dialogic analysis at webnews about violence against women

Maria Lígia Freire Guilherme ¹
Rodrigo Acosta Pereira ²

RESUMO

A violência contra a mulher é um fenômeno estrutural da sociedade que desvela relações desiguais e hierarquizadas entre homens e mulheres. A partir desse contexto, neste artigo, apresentamos resultados de uma análise discursiva que mobilizou 15 (quinze) enunciados de 03 (três) grandes portais do jornalismo hegemônico: Globo.com, UOL e o Metrôpoles, balizados pelo cronotopo do 8M (08 de março, Dia Internacional da Mulher), sob o escopo da discursivização da violência contra mulher na mídia brasileira. Esta pesquisa assume um aporte teórico-metodológico a partir dos Estudos Dialógicos da Linguagem dos escritos de M. Bakhtin e o Círculo, mais especificamente, a partir de uma Análise Dialógica do Discurso. O olhar para os dados nos permitiu compreender a violência contra mulher como reflexo de uma cultura de machismo, de desigualdade de gêneros, bem como a invisibilização desse tipo de violência, discursivizada ideológico-valorativamente na materialidade enunciativa dos dados.

Palavras-chave: Violência contra mulher. Webnotícias. Jornalismo Hegemônico. Análise Dialógica do Discurso.

ABSTRACT

Violence against women is a structural phenomenon in society that reveals unequal and hierarchical relationships between men and women. From this context, in this article, we present results of a discursive analysis that mobilized 15 (fifteen) statements from 03 (three) important Brazilian journalism portals: Globo.com, UOL and Metrôpoles, marked by the chronotope of 8M (March 8, International Women's Day), under the scope of the discursivization of violence against women in Brazilian media. This research takes a theoretical-methodological contribution from the Dialogical Studies of Language from the writings of M. Bakhtin and the Circle, more specifically, from a Dialogical Analysis of Discourse. Looking at the data allowed us to understand violence against women as a reflection of a misogynist culture and gender inequality, as well as the invisibilization of this type of violence, ideologically-evaluatively discursivized in the enunciative materiality of the data.

Keywords: Violence against women. Webnews. Hegemonic Journalism. Dialogic Discourse Analysis.

¹ Técnica administrativa em educação na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Curitiba/PR, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9594-401X>. E-mail: marialigiafreire@gmail.com.

² Docente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis/SC, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0148-8725>. E-mail: drigo_acosta@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um assunto amplamente debatido em variadas esferas sociodiscursivas. Neste artigo, voltamo-nos aos enunciados de 15 (quinze) webnotícias publicadas em 3 (três) portais de jornalismo hegemônico brasileiro (portais de grande circulação), buscando identificar de que formas a violência contra mulher é discursivizada, entendendo esse espaço do webjornalismo hegemônico como um ambiente rico em discursos, porém atravessado por sua própria constituição e funcionamento, controlado pelas grandes empresas de mídia.

Adentramos nos estudos sobre a violência contra a mulher, entendendo-a como resultado de uma construção social que estabelece uma hierarquização entre homens e mulheres. Os índices das denúncias de violência contra a mulher têm aumentado nos últimos anos (Datasenado, 2017³), apesar dos avanços na esfera política no incentivo ao combate a esse tipo de violência, como ocorreu com a promulgação da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), que busca ferramentas para combater a violência doméstica no Brasil, bem como outras iniciativas, como a possibilidade de denúncia desse tipo de violência por terceiros (STF, 2012) e a promulgação da Lei 13.104/2015 (Brasil, 2015), a lei do feminicídio.

Apresentamos, neste estudo, nosso olhar sobre a cultura machista e a naturalização da violência contra a mulher, a partir de uma postura dialógica frente aos dados discursivos. Nossa pesquisa faz parte do escopo da Linguística Aplicada, campo do conhecimento que se volta para a análise de eventos linguísticos, considerando a complexidade para além dos textos, ultrapassando limites linguísticos e se voltando também para as questões sociais que os atravessam. Dentro desse campo, assumimos uma perspectiva dialógica da linguagem, que entende o uso da língua nas interações sociais (Bakhtin, 1987[1965], 2015[1979], 2016[1952-1953]; 2012[1920-1924]; 2015[1979], 2014[1934-1935; 2015[1930-1936]; 2019[1943]; Volochínov, 2013[1925-1930]; 2014[1929]; Medvedev, 2016[1928]). Sobre isso, Volochínov (2014[1929, p. 73] afirma: "Assim como, para observar o processo de combustão, convém colocar o corpo no meio atmosférico, da mesma forma, para observar o fenômeno da linguagem, é preciso situar os sujeitos – emissor e receptor do som –, bem como o próprio som, no meio social".

Dessa forma, nosso olhar para a linguagem se volta para a sua expressão (ideológico-valorativa), bem como sua enunciação, ou seja, um estudo da linguagem na "situação real mais imediata" (Volochínov, 2014[1929]). Isso quer dizer que a enunciação é o resultado da interação entre sujeitos socialmente organizados e, com isso, a palavra enunciada, nunca é o produto individual da expressão do falante, mas sempre leva em conta o seu contexto sócio-histórico e o seu interlocutor (seja ele real ou simbólico). A linguagem é então vista pelo ponto de vista dialógico, pois acredita-se que o discurso é composto por relações dialógicas entre sujeitos e discursos outros, o que a torna sempre atravessada de sentidos ideológicos.

A partir desse aporte teórico, bem como estudos de pesquisadores contemporâneos (Acosta Pereira, 2008; 2012; 2016; Acosta Pereira; Rodrigues, 2014; Acosta Pereira *et al*, 2019; Brait, 2005; 2006a; 2006b; 2007; Rodrigues, 2001; 2005; Rohling, 2014;), utilizamos na presente pesquisa a Análise Dialógica do Discurso (ADD), uma abordagem

³ Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/aumenta-numero-demulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>>. Acesso em: 22 out. 2023.

de análise que propõe que o pesquisador da linguagem assuma uma postura dialógica perante os dados, uma vez que, segundo Brait (2006b, p. 60), a ADD não lida com "[...] categorias a priori, aplicáveis de forma mecânica a textos e discursos, com a finalidade de compreender formas de produção de sentido num dado discurso, numa dada obra, num dado texto".

Essa abordagem não busca impor critérios analíticos fixos, o que contradiria sua base teórico-metodológica. A Análise Dialógica Discursiva (ADD) considera a relação inseparável entre a dimensão social de um texto e a construção de significados. Ela vai além dos estudos linguísticos tradicionais, que se concentram nos aspectos materiais do texto, para incluir as relações dialógicas no contexto extralinguístico dos enunciados. As relações dialógicas, como pontua Bakhtin (2015[1979], p. 323):

[...] são relações (semânticas) entre toda espécie de enunciados na comunicação discursiva. Dois enunciados, quaisquer que sejam, se confrontados em um plano de sentido (não como objetos e não como exemplos linguísticos), acabam em relação dialógica.

Para compreender as relações dialógicas de um dado enunciado, sob essa perspectiva, devemos nos voltar para a sua enunciação, que é atravessada pelo contexto do falante, suas ideologias, valores, ou seja, para a linguagem em seu uso concreto, o que deve ocorrer por meio de uma *postura dialógica* frente a esse enunciado. Com isso, as pesquisas em ADD não partem de expectativas prévias, mas trabalham com o olhar atento para os dados e as relações dialógicas que estabelecem. É nesse movimento analítico do texto para seu contexto que o pesquisador consegue observar a existência de certas regularidades discursivas. A partir desse movimento, apresentamos neste artigo algumas dessas regularidades e reflexões sobre os dados em tela.

Neste primeiro momento, realizamos uma primeira apresentação da pesquisa e das escolhas teórico-metodológicas aqui assumidas. Na próxima seção, realizamos a apresentação dos dados delimitados.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como mencionado, neste estudo analisamos 15 webnotícias do jornalismo hegemônico. O início do processo de geração dos dados se deu, primeiramente, por meio da delimitação dos portais de notícias Globo.com, UOL e Metrôpoles. Como buscávamos os portais de notícia que possuíam maior número de acessos, ou seja, maior alcance, utilizamos uma ferramenta virtual que gera uma lista dos 50 sites mais acessados de cada país, a Alexa Rank⁴. Dentre os resultados, separamos os sites que funcionavam como portais de notícias e selecionamos os três melhores posicionados (os mais acessados).

Realizada essa escolha inicial, delimitamos a data de 8 de março de 2019⁵, Dia Internacional da Mulher, como recorte temporal para geração dos dados. Com essas duas etapas concluídas, utilizamos as ferramentas de busca de cada um dos portais a partir do uso da etiqueta "violência contra mulher" e selecionamos 5 webnotícias de cada portal, que são apresentadas no quadro abaixo.

⁴ Disponível em: <https://www.alexa.com/topsites/countries/BR>.

⁵ A delimitação dos dados ocorreu em março de 2019 quando do desenvolvimento de pesquisa de doutorado da autora (Guilherme, 2021) junto à Universidade Federal de Santa Catarina.

Quadro 1: Dados da pesquisa

DADO	UNIVERSO	TÍTULO	DATA/HORA DE PUBLICAÇÃO	LINK DE ACESSO
GW#1	Globo.com	Dados de violência contra a mulher são a evidência da desigualdade de gênero no Brasil	08/03/2019 – 05h00	https://l1nk.dev/yM7vu
GW#2	Globo.com	Mulheres se unem e saem às ruas para conscientizar sobre a violência doméstica no ES	08/03/2019 – 12h40	https://l1nk.dev/3xjBU
GW#3	Globo.com	Homicídio contra mulher e feminicídio demandam políticas públicas específicas	08/03/2019 – 05h00	https://acesse.one/G05QY
GW#4	Globo.com	'Parabéns que você esteja sobrevivendo': aumento da violência marca Dia da Mulher no Sul do Rio	08/03/2019 – 16h28	https://acesse.one/u9xKY
GW#5	Globo.com	Casos de violência doméstica aumentam no RN; 'desmaiei de tanta dor', diz mulher que teve o couro cabeludo arrancado à faca	08/03/2019 – 07h16	https://acesse.one/vBu7F
UW#1	UOL	Marielle, fim da violência contra a mulher e "ele não" marcam ato no Rio	08/03/2019 – 19h16	https://l1nk.dev/DrPdb
UW#2	UOL	Câmara cria comissão para combater violência contra a mulher	08/03/2019 – 13h14	https://l1nk.dev/xU0cJ
UW#3	UOL	Damares: Vamos ensinar meninos a levar flores e abrir porta para mulheres	08/03/2019 – 10h52	https://acesse.one/llczn
UW#4	UOL	Dia da Mulher pelo mundo tem agressões, protestos e pressão em Congresso	08/03/2019 – 15h56	https://l1nk.dev/ZRBOY
UW#5	UOL	Marcha das Mulheres tem luta contra o feminicídio como bandeira	08/03/2019 – 21h17	https://acesse.one/GJpqF
MW#1	Metrópoles	Jovem estuprada e queimada viva será enterrada nesta sexta	08/03/2019 – 13h59	https://l1nk.dev/wCB8t
MW#2	Metrópoles	Mulheres morrem mais por agressão que por câncer em 12 cidades do país	08/03/2019 – 05h30	https://l1nk.dev/XcNOP
MW#3	Metrópoles	Maria da Penha: Witzel aprova lei que proíbe contratação de condenados	08/03/2019 – 15h34	https://acesse.one/io1Vo
MW#4	Metrópoles	Câmara cria comissão para combater violência contra a mulher	08/03/2019 – 13h39	https://l1nk.dev/y5MDf
MW#5	Metrópoles	Violência contra mulher: Ceilândia registra maior número de casos	08/03/2019 – 12h55	https://acesse.one/LyX8E

Fonte: Os autores.

No quadro 1, apresentamos os dados e os nomeamos por meio de códigos criados para identificá-los. Esses códigos indicam o portal de origem e do título de cada webnotícia selecionada, sendo a primeira letra referente ao portal (G, para o Globo.com, U para UOL e M para o Metrôpoles), seguido de W, referente ao gênero textual do dado (webnotícia), e uma numeração de 1 a 5 para cada um dos dados de cada portal. Por exemplo, o dado MW#02 representa, portanto, a webnotícia de número 2 do portal Metrôpoles. Apresentados os dados, passamos na próxima seção para a análise aqui pretendida.

3 ANÁLISE

Nesta seção, buscamos analisar sobre o modo como a violência contra mulher é discursivizada nos dados selecionados, a partir de uma postura dialógica. Um primeiro olhar para os dados, sobretudo para seus títulos, como pode ser observado no Quadro 1 na seção anterior, já dá indicações de que há uma gama ampla de abordagens temáticas partindo de um mesmo recorte de busca.

Pesquisadores dos estudos sobre gênero social e suas reverberações (Araújo; Durand, 2020; Costa; 2013; Guimarães; Diniz, 2020; Guimarães; Pedroza, Gregório, 2020; Teles; Melo, 2003) levam em consideração o entendimento da violência contra mulher

como uma consequência de uma cultura de machismo e desigualdade de gênero, que se constituiu cultural e historicamente em nossa sociedade.

Entendemos que as violências contra mulheres revelam um lado cruel da nossa realidade e que evidenciam a forma como as mulheres são tratadas socialmente. Os espaços sociais atribuídos a elas, como afirmam Guimarães, Pedroza e Gregório (2020, p. 53), são marcados por vulnerabilidades, desigualdades e violências, muitas vezes legitimadas ou banalizadas por discursos culturais machistas, racistas e patriarcais. Ainda segundo os autores, esses discursos são estruturantes e refletem assimetrias nas relações e subjetivações entre homens e mulheres.

Partindo disso, voltamo-nos aos enunciados com o intuito de entender como essas questões aparecem discursivamente em exemplares do jornalismo hegemônico (Negrão, 2005; Moraes, 2010; Guimarães, 2015; Peixoto, 2019). É importante destacarmos que por se tratar de uma prática jornalística hegemônica, que responde às demandas de grandes grupos empresariais, não esperamos encontrar discursos socialmente e politicamente controversos como algum que seja *favorável* à violência contra mulher, por exemplo. Isso porque essas instituições atendem a certas *expectativas sociais* ao reproduzirem discursos que sejam coerentes com os posicionamentos ideológico-valorativos dominantes (Volochínov, 2014[1929]).

A violência contra a mulher no Brasil reflete padrões sociais enraizados na ideia tradicional de família, em que o matrimônio é central. Justamente por se tratar de uma instituição tida como sagrada e íntima, os limites que se estabelecem entre o público e o privado muitas vezes legitimam ou silenciam as violências sofridas por mulheres dentro de seus relacionamentos, o que fica evidente por meio de ditos populares como "*Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher*". Em pesquisa sobre a percepção da sociedade brasileira sobre violência e homicídios de mulheres organizada pelo Instituto Patrícia Galvão e o Data Popular, há indicação de que 54% das pessoas conhecem uma mulher que já sofreu agressão do parceiro – índice esse que não inclui as agressões, atos de violência e assédio que mulheres sofrem também fora de relacionamentos.

Em razão do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 2019, o portal **Metrópoles** publicou uma webnotícia que apresenta um levantamento de dados sobre a questão da violência contra mulher no contexto brasileiro, a partir de registros e cruzamentos de informações obtidos entre os anos de 2007 e 2016.

Figura 1: Título MW#2



Fonte: <https://www.metropoles.com/violencia-contra-a-mulher/mulheres-morrem-mais-por-agressao-que-por-cancer-em-12-cidades-do-pais>. Acesso em: 20 nov. 2023.

Essa webnotícia, cujo cabeçalho pode ser observado na figura acima, apresenta dados "*alarmantes*" (MW#2) em relação à violência contra mulher, com indicação de

que em algumas cidades brasileiras a agressão é a maior causa de morte de mulheres. A escolha por evidenciar esse fato no título do enunciado já é indicativo de uma tentativa de chocar o interlocutor com a dimensão do problema, ao enfatizar que, em algumas cidades do Brasil, mulheres morrem mais por agressão que por câncer, como podemos notar tanto na figura acima quanto no exemplo abaixo.

Exemplo 1

Para as mulheres que moram em Barcelos (AM), por exemplo, a principal causa de morte é a agressão. No período analisado, 48 delas foram vítimas de violência, frente às 34 que morreram por problemas no sistema circulatório (como doenças hipertensivas, isquêmicas e AVCs) e às 17 que faleceram vítimas de câncer (todos os tipos). (MW#2)

Câncer é o termo utilizado para se referir a mais de 100 tipos de doenças malignas que têm o crescimento de células de forma desordenada como ponto comum. É uma doença muito temida e perigosa que pode, em muitos casos, causar a morte. Assim, associar a violência contra mulher – também tão abrangente e perigosa – com uma doença física chama a atenção do leitor para a publicação e para esse problema social. Com isso, o enunciado passa a evocar um discurso sobre doença, a partir da **associação ideológico-valorativa da violência contra a mulher como uma doença social** (Guilherme, 2021) pode ser observada também em alguns outros excertos, como lemos nos exemplos abaixo.

Exemplo 2

"A violência contra a mulher, lamentavelmente, perdura nos diferentes grupos da sociedade como um flagelo generalizado, que põe em perigo suas vidas e viola seus direitos", afirmou a parlamentar. [Enfermeira Rejane (PCdoB)] (MW#3)

Exemplo 3

"A violência contra a mulher virou uma epidemia no País. Queremos levar voz às mulheres, queremos uma mudança cultural porque ainda existe muito preconceito e machismo (...), afirmou a deputada". (UW#2 e MW#4)

Nos exemplos acima, observamos que termos que compõem o campo semântico das doenças são escolhidos para descrever a realidade da violência contra mulher na sociedade brasileira, com o uso da expressão "flagelo generalizado" no exemplo 2 e o termo "epidemia" no exemplo 3.

Ao estabelecer relações dialógicas (Bakhtin, 2014[1975]) com esses termos associados à doença e ao campo da saúde, criam-se associações semânticas e simbólicas e há demarcação do posicionamento ideológico-valorativo dos sujeitos falantes (Volochínov, 2017[1929]). Lembramos que, "qualquer palavra, dita ou pensada, exprime um *ponto de vista* a respeito de vários acontecimentos da realidade objetiva, em diferentes situações" (Volochínov, 2013[1930], p. 196, grifos do autor), isso quer dizer que o falante sempre expressa suas valorações acerca da sua realidade, ou seja, sua entonação. Para Volochínov (2013[1930]), além da entonação, a seleção de palavras e a sua disposição no interior do enunciado são os elementos fundamentais e constitutivos da forma da enunciação, o que se demonstra a partir dos exemplos acima (Ex.: 2 e 3).

No exemplo 2, há um discurso citado da parlamentar Enfermeira Rejane (PCdoB), autora da Lei 8.301, de 28 de fevereiro de 2019, que veda a nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Maria da Penha, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, cuja publicação é noticiada no exemplar MW#3. Cabe lembrar que, segundo Bakhtin (2016[1950], p. 121), "Todo discurso do outro citado (ainda que seja uma simples citação) pressupõe uma relação dialógica com ele (mesmo que seja

de concordância, de confirmação)". Entendemos, desse modo, que a autoria da webnotícia, ao incluir em seu texto a fala da parlamentar, tece relações dialógicas com essa fala e, de certa forma, valora seu discurso.

Já no exemplo 3, há o discurso citado da deputada Flávia Arruda (PR-DF) enunciado no ato simbólico de criação de uma comissão externa de combate à violência contra mulher. Destacamos que em ambos os exemplos (2 e 3) há o enquadramento discursivo, por parte das instituições jornalísticas, de um discurso alheio. Isso significa que não é diretamente **a voz da instituição que faz as afirmações, mas a voz do outro por meio dela**. Para Bakhtin (2016[1952]), aquele cujo discurso eu menciono se torna um parceiro dialógico do autor, uma vez que entra em relações dialógicas com ele, como afirma Bakhtin (2016[1952], p. 137), "O falante e seu discurso não podem ser simplesmente um objeto de discurso, visto que me refiro a eles e para mim eles se tornam um parceiro dialógico".

A partir desses exemplos, entendemos que a violência contra a mulher, esse *mal* que aflige a sociedade, materializa uma visão do sujeito homem e do sujeito mulher como coexistindo em uma **dinâmica discursiva de desequilíbrio de poder**. Essa lógica é atravessada por uma visão de mundo machista. Por machismo entendemos uma ideologia de superioridade do homem em relação à mulher, negando a igualdade de direitos entre eles. Ainda, é a partir dessa visão de mundo que se constroem padrões e estereótipos de feminilidades e masculinidades, que associam à figura da mulher atributos como sensibilidade, fragilidade, maternalidade, delicadeza, enquanto à figura do homem se relacionam características como força, virilidade, insensibilidade, agressividade. Pensando nisso, Guimarães et al (2020, p. 58) afirmam ser:

[...] fundamental compreender como as dimensões de gênero são estruturantes na constituição subjetiva de homens e mulheres e na organização das relações sociais estabelecidas a partir de desigualdades de poder entre eles. Estas desigualdades se conectam, por sua vez, ao fenômeno das violências cometidas contra as mulheres.

Desse modo, entendemos que são justamente essas **predeterminações e expectativas discursivas de gênero** – reforçadas ideológico-valorativamente na sociedade – as responsáveis pela manutenção de uma relação de desigualdade entre homens e mulheres, que pode, como consequência, gerar a violência. Todas essas discussões atravessam nossos dados, visto que há o entendimento de que a violência contra mulher é um reflexo do machismo e dessa desigualdade, como podemos verificar nos exemplares abaixo.

Exemplo 4

"A mulher cuida da sociedade, do lar, dos filhos, e nós estamos sendo maltratadas. Tem que ter respeito, a lei tem que ser rígida. Se o agressor bateu na mulher, ele tem que ser preso. Todo dia, você liga a TV e tem notícia de mulher sendo agredida, assassinada, até quando?"; questionou Jeovania. (GW#2)

Exemplo 5

É mais do que hora de a segurança pública deixar de reforçar estereótipos de masculinidades que, no limite, naturalizam a violência como linguagem e dificultam sua prevenção e sua repressão. (GW#1)

Exemplo 6

"O momento é de gerar reflexão. Porque não conseguimos encontrar um caminho de equidade entre o feminino e o masculino? Por que precisamos lembrar disso?", afirmou [Dayse Penna, Secretária de Políticas Públicas de Volta Redonda]. (GW#4)

No exemplo 4, temos a voz de Jeovania, uma mulher que faz parte de uma organização que vai às ruas com o objetivo de conscientizar as mulheres sobre a violência

contra mulher. Ela é um sujeito falante e atuante pela causa das mulheres e, ela mesma reforça uma visão de mulher que é maternalista, ao afirmar que é *papel da mulher cuidar da sociedade, da casa, dos filhos*. Nesse caso, vemos que mesmo aquelas(es) que lutam pela emancipação feminina, às vezes, acabam reproduzindo uma visão de feminilidade que é vinculada à cultura machista. Assim, Jeovania reenuncia de maneira indireta discursos sobre essa visão em relação às mulheres, tecendo entre sua fala e esses discursos, relações de diálogo. Acerca desse assunto, Bakhtin (2015[1979]) afirma que dois enunciados alheios confrontados sempre entram em relações dialógicas entre si e se tocam no território do tema comum.

No enunciado GW#1, observamos certa tendência dos autores a assumirem discursivamente um **posicionamento ideológico-valorativo** (Volochínov, 2013[1930]; Medviédev, 2016[1928]) **mais demarcado**. No exemplo 5, há o entendimento de que reforçar estereótipos de gênero, mais precisamente de masculinidades, pode contribuir para a naturalização da violência como uma linguagem. Assim, um sujeito que assume as posturas e subjetividades estereotipadas do *ser homem*, no âmbito da cultura machista, não exprime suas emoções e sentimentos nem está aberto e propenso ao diálogo, visto que essas questões são tipicamente femininas. Assim, a comunicação é substituída pela violência.

A relação de desigualdade entre os gêneros fica também marcada na fala de Dayse Penna, Secretária de Políticas Públicas de Volta Redonda, cujo discurso é citado (Bakhtin, 2016[1950]; 2015[1979]; Volochínov, 2017[1929]) no exemplo 6. Dayse se questiona, de modo retórico ao afirmar "*O momento é de gerar reflexão. Porque não conseguimos encontrar um caminho de equidade entre o feminino e o masculino?*" (GW#4). Nessa fala, ela afirma não haver igualdade entre os gêneros ao se questionar acerca do porquê dessa inequidade. Nesses três casos, as afirmações acerca da existência e funcionamento do machismo novamente são associadas a sujeitos outros que não as instituições jornalísticas, que operaram com o enquadramento do discurso alheio.

Destacamos que em quatro dos exemplos (Exs. 3, 4, 5, 6) apresentados até o momento nesta seção há o uso de verbos *dicendi* para introduzir o discurso de outrem. Para Bakhtin (2016[1950]), o uso da voz do outro de forma direta delinea uma alternância dos sujeitos do discurso e dão relativo acabamento à voz reenunciada. Observamos que esse é um movimento corriqueiro nas publicações do jornalismo hegemônico, de modo que **terceiriza o posicionamento por meio do discurso citado**, estabelecendo relações dialógicas com esses outros textos (Bakhtin, 2016[1950]). Porém, cabe lembrarmos que apesar de a instituição jornalística não afirmar categoricamente que aquele discurso lhe pertence ou que representa o ponto de vista institucional, a escolha por veicular tais discursos, por si, já é valorativa. Isso se ocorre pela relação que se estabelece entre esses discursos, de influência mútua, como afirma Bakhtin (2014[1975]), "A palavra alheia introduzida no contexto do discurso estabelece com o discurso que o enquadra não um contexto mecânico, mas uma amálgama química (no plano do sentido e da expressão); o grau de influência mútua do diálogo pode ser imenso".

Prosseguindo com as reflexões sobre o machismo e como ele perpetua a violência contra mulher, cabe mencionar que uma das reverberações dessa cultura machista é o **discurso da invisibilização da mulher e da naturalização da violência**. Uma das consequências dessa naturalização é o favorecimento da perpetuação da violência e é importante que os sujeitos tomem consciência de sua ocorrência para que possam romper com o ciclo da violência. De acordo com Guimarães e Diniz (2020), essa naturalização da

violência é comum nas relações conjugais e, de alguma forma, banaliza a violência de modo que os sujeitos envolvidos tenham dificuldade em dimensionar a gravidade da situação, bem como seus riscos e as suas consequências (Guimarães; Diniz, 2020).

Em alguns dos nossos dados pudemos observar como houve uma demarcação dessa compreensão, como notamos nos exemplos abaixo.

Exemplo 7

Nos últimos 15 anos, a violência contra a mulher passou a fazer parte do debate público como prática que não deve ser tolerada ou legitimada. (GW#1)

Exemplo 8

Há, do ponto de vista estatístico, uma tendência de aumento neste tipo de registro e de migração do que antes estava invisível no conjunto das mortes de mulheres. (GW#1)

Ao se referirem à violência contra mulher, os autores, no exemplo 7, afirmam que essa questão passou a fazer parte do debate público como uma prática que não pode ser aceita ou legitimada. Nesse trecho, o uso da expressão "passou a fazer parte" nos permite inferir que houve um período anterior ao da enunciação em que a questão da violência contra mulher era sim tolerada e legitimada. A esse ponto podemos estabelecer relações dialógicas (Bakhtin, 2014[1975]) com o fato de que, historicamente, no Brasil, houve uma legitimação da violência doméstica, inclusive com respaldo do Estado, visto que à figura masculina da família era atribuído papel de autoridade e que podia utilizar a violência em nome de sua honra (Reis, 2020). Esse movimento é possível considerando que esse discurso da violência, sustentado e perpetuado no meio social, faz parte de uma ideologia dominante que é, para Volochínov (2017[1929]), uma sombra da realidade que se manifesta a partir desse espaço tempo específico. Entendemos, desse modo, que esse cronotopo contribuiu para construção de uma **imagem do sujeito mulher em uma relação desigual com o sujeito homem**, o que acaba por perpetuar a violência.

Nesse mesmo excerto, exemplo 8, há indicação de que houve um aumento no número de denúncias e casos de violência contra mulher, sobretudo após a implementação da Lei 13.104, conhecida como Lei do Feminicídio (Brasil, 2015). Ao fazer menção a isso, os autores afirmam ser esse aumento do número de registros uma migração dos casos que violência que antes eram invisíveis e agora passaram a ser tipificados como tendo o gênero como motivação. Esse é um reflexo da forma como a sociedade brasileira ainda encara a questão da violência contra mulher, especialmente **a violência doméstica, como uma questão que deve ser mantida às escuras e que é do interesse somente daqueles que a vivem, o que reflete a amplitude ideológico-valorativa desse contexto** (Bakhtin, 2014[1975]). Dito isso, passamos aos próximos exemplos.

Exemplo 9

Ainda vige no país a ideia de que a violência doméstica é de ordem privada e, portanto, o Estado pouco pode fazer para preveni-la. (GW#1)

Exemplo 10

Visando evitar a omissão de violência à mulher pelas pessoas próximas a agressão, a secretaria lançou nesta sexta a campanha: "Em briga de marido e mulher como meter a colher?" O nome faz menção ao ditado que estimula que as pessoas não interfiram nessas situações. A secretaria visa que cada vez mais as pessoas denunciem ao perceberem qualquer tipo de situação agressiva. (GW#4)

Exemplo 11

Para além das discrepâncias regionais, os dados apresentados pelo Monitor da Violência indicam que a vitimização de mulheres segue como um problema crônico no Brasil e enraizado na formação da nossa sociedade. A condição de vulnerabilidade das mulheres é construída por questões econômicas, culturais, educacionais e que podem e devem ser alteradas por meio de políticas públicas voltadas à prevenção da violência. A implementação da lei do feminicídio foi um pequeno passo dado na direção de colocar esta

questão na esfera pública, combatendo a noção de que a violência contra a mulher seria um problema privado, na qual não se deveria "meter a colher". (GW#3)

Nos três exemplos (9, 10 e 11), retirados de três webnotícias distintas, há delimitação da ideia de que a questão da violência contra mulher, por muito tempo, deixou de ser debatida e discutida por se tratar de uma questão da ordem do privado. No exemplo 9, os autores afirmam que "ainda" está vigente no país essa ideia de que a violência contra mulher é do recôndito individual-familiar e que por essa razão o Estado não tem muito a fazer para preveni-la. O uso do termo *ainda* nos permite induzir que há uma compreensão por parte do falante de que essa ideia é *ultrapassada* ou *equivocada* e que há, de certo modo, um atraso nesse processo de esclarecimento por parte da sociedade.

No trecho seguinte, exemplo 10, temos dois pontos importantes que tecem diálogos com o que discutimos anteriormente: primeiramente há a afirmação de que há uma invisibilização da violência quando o falante afirma que realizar uma campanha de conscientização incentivando a denúncia de casos de violência é "evitar a omissão" perante a violência. Para isso, a Secretaria de Políticas Públicas de Volta Redonda criou a referida campanha fazendo um jogo de palavras com a expressão popular "em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher", transformando-a no slogan "*em briga de marido e mulher, como meter a colher?*" (GW#4). Nesse caso há uma relação dialógica (Bakhtin, 2014[1975]; 2015[1979]) entre o enunciado e essa expressão popular, por meio de uma desconstrução do que esse dito carrega e sugere, trazendo questionamentos ao leitor e o incentivando a refletir sobre a sua própria prática.

Finalmente, esse mesmo mito é reenunciado novamente no exemplo 11. Nesse trecho, os autores afirmam aquilo que vai ao encontro do que estamos discutindo nesta análise – de que a violência contra mulher é um problema *enraizado* na nossa sociedade. O uso desse termo nos remete ao fato de que esse é um problema que remete às origens, à raiz, o que podemos relacionar por meio de um olhar dialógico com questões discutidas anteriormente, como a legitimação histórica da violência contra mulher (Reis, 2020). Ainda, no enunciado há afirmação de que a criação de políticas públicas deve ocorrer para prevenir esse tipo de violência, inclusive com a afirmação de que a lei do feminicídio (Brasil, 2015) foi um marco para que o Estado e a sociedade pudessem enxergar a violência contra mulher como um problema da ordem pública, não do privado.

A partir das discussões empreendidas até aqui, entendemos que essa visão da violência contra mulher faz parte da **cultura machista de silenciamento das mulheres, sobretudo em relação à violência**. Em muitos casos, mulheres em situação de violência optam por não denunciarem ou relatarem sua situação a familiares e amigos por sentirem vergonha ou por não se darem conta da dimensão do problema. Para Guimarães e Diniz (2020, p. 321), a violência se perpetua a partir de duas pernas: a violência em si e a sua naturalização, sendo que essas pernas se complementam e se ajudam na caminhada da violência. Para os autores, há uma série de mecanismos que favorecem a naturalização da violência, como a *negação*, em que a vítima se recusa a acreditar que está em uma situação de violência; a *minimização*, quando há uma relativização da violência e não se considera a gravidade da situação e a *desresponsabilização*, que inclui os processos de *justificação*, com desculpas para a ocorrência da violência (ciúme, infidelidade, desempenho, dependência química etc.), e *externalização da culpa*, quando se atribui a responsabilidade pela violência a terceiros que não o agressor.

Segundo os autores (Guimarães; Diniz, 2020), esses processos que contribuem para a naturalização da violência contra a mulher ocorrem a partir de uma assimetria em relação aos papéis e expectativas sociais em relação aos homens e às mulheres, que coloca, nos relacionamentos, o homem como provedor e com papel de dominação e a mulher como sujeita a essa dominação. Os mitos e estereótipos sociais enformados culturalmente são os elementos que propiciam a violência, uma vez que criam discursos, distorções, silêncios e preconceitos que atravessam o imaginário da sociedade (Guimarães; Diniz, 2020).

Ainda sobre esse assunto, essa cultura de opressão trabalha ainda em dois sentidos: o de silenciar as mulheres que sofrem violência, como notamos nos exemplos abaixo e o de culpabilização dessas vítimas.

Exemplo 12

"Ainda têm muitas mulheres que sofrem caladas, dentro dos próprios lares, sem direção, sem saber onde buscar ajuda. Quando uma mulher é vítima de violência, você percebe. A mulher começa a ficar triste, ela se exclui de toda a sociedade, e é nesse momento que a gente identifica", explicou Jeovania. (GW#2)

Exemplo 13

"Existem muitas mulheres que sofrem caladas e que não têm coragem de falar. Conheço muita gente assim", falou [Alessandra Souza Silva, dona de casa]. (GW#2)

Os exemplos 12 e 13 foram retirados do mesmo enunciado, a webnotícia GW#2, nesses dois excertos há enquadramento de discurso alheio (Bakhtin, 2016[1950]; Volochínov, 2017[1929]) com as vozes de duas mulheres que atuam como voluntárias em campanhas de conscientização pela importância da denúncia em caso de violência. Essas mulheres se voltam ao contexto doméstico de violência contra mulher e afirmam que é um movimento comum das mulheres vítimas de violência se calarem apesar de estarem em sofrimento. Ambas utilizaram, inclusive, a mesma expressão "sofrem caladas", que podemos associar aos discursos que atribuem à figura da mulher uma postura recatada, que não quer incomodar com seus problemas. No trecho 12, Jeovania indica seu entendimento de que esse movimento deveria ser reparado – ou está em processo de mudança – por meio do uso do termo "ainda". Cabe lembrar como essa escolha é importante para a constituição do enunciado, visto que "Todas as enunciações se construirão precisamente com base em sua visão; suas possíveis opiniões e valorações determinarão a ressonância interna ou externa da voz – a entonação – e a escolha das palavras e sua composição numa enunciação concreta" (Volochínov, 2013[1930], p. 166).

O silenciamento, nesses casos, pode ocorrer tanto por vergonha de assumir a situação quanto por medo, uma vez que muitas mulheres optam por manterem em segredo as violências sofridas por medo de serem julgadas socialmente, em casos de estupro e assédio sexual, por exemplo, ou por medo de serem novamente agredidas por seus parceiros, no caso da violência doméstica. Podemos entender esse **silenciamento como uma força centrípeta** (Bakhtin, 2014[1934-1935]) que, na disputa com as forças centrífugas, tende a suprimir vozes dissonantes. Em pesquisa sobre a percepção da sociedade sobre a violência contra mulher, 85% dos entrevistados concordam que as mulheres que denunciam seus parceiros correm mais riscos de sofrer assassinato (IPG/Data Popular, 2013).

No que tange a culpabilização da vítima, Karen Lopes, delegada da cidade de Ceará-Mirim, afirma na webnotícia GW#5 que um fato recorrente é o de culpar as vítimas de violência pela própria violência sofrida, como vemos a seguir.

Exemplo 14

"A gente vê histórias de mulheres que são espancadas, como esta da mulher que foi espancada durante horas e horas, onde é comum achar que a culpa é da mulher porque ela se encontrou com o homem que havia acabado de conhecer. As pessoas dizem que a mulher tem culpa porque se envolveu logo no primeiro encontro. Não. Ela é somente vítima. A vítima é só vítima. E ela tem que ser tratada como vítima. O agressor é que é o culpado. Ele é que vai responder pelos atos dele", concluiu a delegada. (GW#5)

Ao fato apontado, podemos estabelecer relações dialógicas (Bakhtin, 2014[1975]; 2015[1979]) com os discursos do que se chama de *cultura do estupro*. Ao adentrar na questão do objeto de discurso, Bakhtin (2015[1930-1936], p. 49-50) afirma que:

Se imaginarmos a intenção, isto é, a orientação de uma palavra em forma de raio voltada para o objeto, então o jogo vivo e singular de cores e luz que tal palavra constrói nas facetas da imagem deve-se à refração raio-palavra não no próprio objeto (como o jogo de imagem-tropo no discurso poético em sentido restrito, na "palavra isolada"), mas à sua refração no ambiente de palavras, avaliações e acentos alheios pelo qual passa o raio em direção ao objeto: o clima social da palavra que cerca o objeto obriga as facetas de sua imagem a entrarem no jogo.

Isso significa que as relações entre um sujeito e seu objeto são de teor dialógico e interferem em seus discursos, o que traz reverberações em seu contexto mais imediato. Desse modo, entendemos que a **cultura do estupro se constitui como um discurso autoritário que estabelece critérios sociais que determinam o que é correto ou incorreto quando se pensa na violência sexual**.

Nessa perspectiva, acredita-se que a mulher sofre violência sexual porque *mereceu* – porque usou roupa curta, porque bebeu demais, porque resolveu se envolver sexualmente no primeiro encontro etc. Todas essas questões são usadas como justificativa para os atos de violência, movimento similar também ocorre em situações de violência doméstica. Quando se fala em cultura do estupro, um ponto do movimento de mulheres é o de reafirmar que "a culpa nunca é da vítima". É possível relacionar esses discursos ao exemplo 14, em que a delegada afirma ser comum atribuir a culpa à vítima. Nesse caso, a delegada – que nesse contexto é uma autoridade por atuar como agente oficial na aplicação das leis – demarca seu posicionamento de acreditar que a vítima nunca deve ser responsabilizada pela violência a que é submetida.

Podemos observar outro exemplo que evidencia essa tendência à **responsabilização da vítima pela violência** no enunciado MW#1, em que ocorre de modo implícito uma construção discursiva que cria argumentos para justificar um caso de violência, como pode ser observado a seguir.

Exemplo 15

Segundo testemunhas, Isabela passou mal após participar de um jogo com amigos onde perdedores viravam doses de bebida. Como não tinha o hábito de ingerir bebidas alcóolicas, Isabela passou mal e foi socorrida por amigas. Elas deram um banho na jovem e a colocaram para dormir em uma cama em um dos cômodos na parte superior da casa. Isabela estava usando apenas um biquíni e coberta por um lençol. (MW#1)

Nesse trecho, há a descrição dos eventos que antecederam um ato de violência sexual seguido de um ato de violência física que ocasionaram a morte de Isabela. A jovem foi estuprada pelo cunhado que a encontrou desacordada. Ao presenciar essa cena, seu namorado acreditou que estava sendo traído e ateou fogo na namorada, que faleceu em razão dos ferimentos. Nesse caso chamamos atenção para o fato de que a autora da webnotícia destacou o fato de a jovem estar desacordada e de biquíni – visto a necessidade de afirmar esse fato no enunciado – e que essa situação só ocorreu após a vítima passar mal, visto que não tinha o hábito de ingerir bebidas alcóolicas.

Em tese, essas informações não deveriam ser relevantes, uma vez que o que importa é que a jovem foi estuprada e agredida, porém, elas são demarcadas linguisticamente no enunciado. Acreditamos que isso pode ter ocorrido visto que, a autora, partindo da compreensão de que vivemos em uma sociedade em que vige a cultura do estupro, poderiam existir comentários e indagações por parte de seus interlocutores sobre as causas dessa violência – *Será que a jovem provocou? Será que estava alcoolizada?* – e, antecipando suas reações, moldou seu próprio discurso, no que Bakhtin (2016[1952-1953]) chama de reação resposta ativa. Para o autor, há por parte do falante uma antecipação da réplica de seu interlocutor, o que é levado em conta no momento de enunciação, o que significa que os enunciados sempre respondem a outros, sejam esses já-ditos ou sejam eles prefigurados, antecipando possíveis respostas.

Desse modo, a autora do enunciado em tela optou por demarcar que a jovem bebeu em razão de uma brincadeira, que não tinha o hábito de ingerir bebidas alcoólicas, que estava coberta por um lençol, como que num processo de tirar das costas dessa vítima qualquer possibilidade de atribuição de culpa pelas violências sofridas. Ao longo do texto, destacamos algumas expressões que entendemos como serem os movimentos analíticos empreendidos na presente pesquisa. A fim de sumarizar tais movimentos e situar o leitor, apresentamos abaixo, no Quadro 2, esses pontos e os sentidos possíveis a partir deles.

Quadro 2: Movimentos analíticos

MOVIMENTOS ANALÍTICOS	SENTIDOS DEPREENDIDOS
Associação ideológico-valorativa da violência contra a mulher como uma doença social.	Entendimento da violência como um problema nocivo e enraizado na sociedade, tal qual uma doença. O sentido se dá a partir de expressões como "flagelo" e "doença social".
Reenquadramento discursivo; Terceirização do posicionamento por meio do discurso citado.	As instituições fazem afirmações por meio da voz do outro. Dessa forma, se "isentam" da responsabilidade pelo que foi dito, mas ao mesmo tempo, ao fazerem determinado recorte, definem seu próprio posicionamento. Ocorre tanto de maneira indireta quanto por meio de citações diretas.
Dinâmica discursiva de desequilíbrio de poder; Imagem do sujeito mulher em uma relação desigual com o sujeito homem	Violência contra mulher justificada por uma espécie de desequilíbrio simbólico do poder entre homens e mulheres, a partir de uma construção social que coloca homens em posições privilegiadas de força e autoridade e as mulheres como submissas e frágeis.
Predeterminações e expectativas discursivas de gênero	Em diálogo com os movimentos analíticos anteriores, este ponto indica que existem expectativas sociais em relação aos papéis desempenhados por homens e mulheres dentro da sociedade, como, por exemplo, caber à mulher a responsabilidade pelos cuidados da casa, filhos e família e ao homem o de prover financeiramente.
Posicionamento ideológico-valorativo mais demarcado	Tendência de algumas empresas de comunicação em assumirem uma posição ideológica mais definida, deixando clara a forma como encaram a questão da violência. Tom mais crítico e normalmente balizados por sujeitos autores profissionais, como pesquisadores da área, por exemplo.
Discurso da invisibilização da mulher e da naturalização da violência; Cultura machista de silenciamento das mulheres, sobretudo em relação à violência; Silenciamento como uma força centrípeta	Construção social que posiciona a mulher em um local de apagamento, o que acaba por silenciar suas dores e vivências. Nesse contexto, acaba sendo naturalizada a violência e tratada como um mal inevitável, que faz parte do funcionamento da sociedade. Silenciamento da voz da mulher como resultado de uma disputa simbólica em que as vozes dissonantes são suprimidas (BAKHTIN, 2014-1934-1935)).
Violência doméstica, como uma questão que deve ser mantida às escuras e que é do interesse somente daqueles que a vivem, o que reflete a amplitude ideológico-valorativa desse contexto	Movimento que dialoga com os movimentos anteriores que tratam do silenciamento da voz das mulheres e um apagamento da violência ao tratar esses acontecimentos como sendo da esfera privada, isentando a comunidade e o Estado de intervirem em situações de violência ou de se responsabilizarem por criar medidas públicas para prevenção desse tipo de violência.

Cultura do estupro se constitui como um discurso autoritário que estabelece critérios sociais que determinam o que é correto ou incorreto quando se pensa na violência sexual	Construção social que tende a culpabilizar as vítimas de violência, sobretudo sexual, ao buscarem justificar os atos de violência como se motivados por ações das próprias vítimas (uso de drogas, vestuário, comportamento etc).
--	---

Fonte: Os autores.

Nesta seção de análise buscamos refletir sobre os discursos da/sobre a violência contra a mulher como um reflexo de uma cultura de machismo e desigualdade de gêneros. Além disso, observamos como há uma tendência a uma reprodução de discursos de terceiros como forma de reforçar os posicionamentos ideológico-valorativos dos autores e/ou instituições de comunicação. Dito isso, passamos à próxima e última seção, em que apresentamos algumas de nossas conclusões.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo discutimos sobre o discurso da violência contra a mulher, entendida como um fenômeno social e estrutural de nossa sociedade. Essa questão evidencia relações de desigualdade entre homens e mulheres. A partir do nosso olhar para 15 enunciados de portais do jornalismo hegemônico gerados na data de 8 de março de 2019, apresentamos nossas análises sobre os discursos sobre a violência contra a mulher por meio de uma Análise Dialógica do Discurso. Observamos que essa violência reflete e refrata uma cultura de machismo e opressão e como há uma invisibilização desse tipo de violência.

O olhar dialógico para os dados, nos permitiu pensar em algumas categorias analíticas. A primeira delas é a do discurso da demarcação da gravidade da violência contra mulher e uma associação ideológico-valorativa da violência contra a mulher como uma doença social, com utilização de termos desse campo semântico, como vimos nos exemplos 1, 2 e 3. Em seguida, identificamos a dinâmica discursiva de desequilíbrio de poder e a imagem do sujeito mulher em uma relação desigual com o sujeito homem, como pode ser notado nos exemplos 4, 5 e 6. O discurso da invisibilização da mulher e da naturalização da violência observamos nos exemplos 7 e 8 e o discurso da demarcação da visão de que a violência doméstica deve ser mantida às escuras e que é do interesse somente daqueles que a vivem, faz com que se crie uma dificuldade de tornar essa questão da competência da esfera pública (Estado) pode ser acessado nos exemplos 9, 10 e 11. Por fim, observamos nos exemplos 12, 13, 14 e 15, o discurso da tendência à culpabilização das vítimas, balizado pela cultura do estupro se constitui como um discurso autoritário na sociedade.

Feitas essas análises, entendemos que no escopo do jornalismo hegemônico há uma demarcação da violência como um mal da sociedade e que esse tipo de violência ocorre como reflexo de uma cultura de machismo e opressão. Entendemos, contudo, que esse tipo de discurso não é lido como sendo hegemônico, mas acreditamos que eles circulam por esse tipo de mídia pois eles atravessam os debates sociais. Por outro lado, há uma tentativa de distanciamento por parte das instituições do jornalismo hegemônico ao utilizarem de recursos como o enquadramento discursivo ao renunciarem dizeres que são mais "polêmicos" ou "radicais", como se houvesse a intenção de tirar da responsabilidade das mídias hegemônicas a autoria dessas afirmações. Destacamos, finalmente, que o

enquadramento discursivo e o uso de discursos de outrem não eximem as empresas dessa responsabilidade, ao passo que ao citar um *outro*, se assume também o discurso dele.

REFERÊNCIAS

ACOSTA PEREIRA, R. A orientação sociológica para a análise da língua: posições metodológicas nos escritos do Círculo de Bakhtin. **Letra Magna**, v. 12, p. 01-20, 2016. Disponível em: <https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/magna/issue/view/156/208>. Acesso em: 16 jul. 2024.

ACOSTA PEREIRA, R. **O gênero carta de conselhos em revistas online**: na fronteira entre o entretenimento e a autoajuda. 2012. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

ACOSTA PEREIRA, R. **O gênero jornalístico notícia**: dialogismo e valoração. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

ACOSTA PEREIRA, R.; RODRIGUES R. H. O conceito de valoração nos estudos do círculo de Bakhtin: a inter-relação entre ideologia e linguagem. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 14, n. 1, p. 177-194, jan./abr. 2014. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/artic/e/view/2423. Acesso em: 16 jul. 2024.

ACOSTA PEREIRA, R.; RODRIGUES, R. H.; COSTA-HUBES, T. da C. O estudo dos gêneros do discurso sob a perspectiva dialógica da linguagem: considerações sobre cronotopo, ideologia e valoração. In: NASCIMENTO, E. L.; CRISTÓVÃO, V. L. L.; LOUSADA, E. (org.). **Gêneros de texto/discurso**: novas práticas e desafios. Campinas - SP: Pontes. 2019. p. 349-370.

ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 13-56, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645074>. Acesso em: 11 jul. 2024.

ARAÚJO, R. M. C. de; DURAND, V. Diga-me como tu amas, que te direi como foste amada: Uma reflexão sobre a dependência emocional da mulher. In: DURAND, V.; RIBEIRO, H. M. (org.). **Histórias de Amor Tóxico**: a violência contra as mulheres. Brasília: Senado Federal, 2020. p. 102-117.

BAKHTIN, M. M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Editora Hucitec, 1987[1965].

BAKHTIN, M. M. Diálogo II. In: BAKHTIN, M. M. **Os gêneros do discurso**. Tradução do russo por Paulo Bezerra. Editora 34: São Paulo, 2016[1952].

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo, Martins Fontes, 2015[1979].

BAKHTIN, M. M. **O homem ao espelho**. Apontamentos dos anos 1940. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019[1943].

BAKHTIN, M. M. **Os gêneros do discurso**. Tradução do russo por Paulo Bezerra. Editora 34: São Paulo, 2016[1952-1953].

BAKHTIN, M. M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012[1920-1924].

BAKHTIN, M. M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015[1963].

BAKHTIN, M. M. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. Tradução de Aurora Fornoni Bernadini [et al]. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2014[1934-1935].

BAKHTIN, M. M. **Teoria do Romance I: a estilística**. Tradução do russo por Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015[1930-1936].

BRAIT, B. O discurso sob o olhar de Bakhtin. In: GREGOLIN, M. R. do; BARONAS, R. (org.). **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. 3. ed. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2007. p. 19-32.

BRAIT, B. (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006a. p. 9-32.

BRAIT, B. Uma perspectiva dialógica de teoria, método e análise. **Gragoatá**, n. 20, v. 11, p. 47-62, 2006b. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33238>. Acesso em: 16 jul. 2024.

BRASIL. **Lei 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em 20 nov. 2023.

BRASIL. **Lei 13.104**, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

COSTA, C. de L. Feminismos e pós-colonialismos. **Revista Estudos Feministas**, v. 2. n. 21, p. 655–658, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000200017>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000200017>. Acesso em: 16 jul. 2024.

CHAUÍ, M. Ética, política e violência. In: CAMACHO, T. (Ed.). **Ensaio sobre violência**. Vitória: Edufes, 2003. p. 39-59.

CYPRIANO, B. Construções do pensamento feminista latino-americano. **Revista Estudos Feministas**, n. 21. v. 1, p. 11-39, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-26X2013000100002>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100002>. Acesso em: 16 jul. 2024.

DATASENADO. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Secretaria de Transparência, 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetenado/arquivos/aumenta-numero-demulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>. Acesso em: 20 nov. 2023.

GUILHERME, M. L. F. **Discursos sobre violência contra a mulher em webnotícia do jornalismo hegemônico**. 2021. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021.

GUIMARÃES, C. C. **Jornalismo e luta de classes**: desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

GUIMARÃES, F. L.; DINIZ, G. R. S. Violência conjugal e naturalização pelos homens autores: negação, minimização e justificação. In: DURAND, V.; RIBEIRO, H. M. (org.). **Histórias de Amor Tóxico**: a violência contra as mulheres. Brasília: Senado Federal, 2020. p. 317-341.

GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA, R. L. S.; GREGÓRIO, G. De S. Conceituando violências contra mulheres: reflexões sob o prisma de gênero e direitos humanos. In: DURAND, V.; RIBEIRO, H. M. (org.). **Histórias de Amor Tóxico**: a violência contra as mulheres. Brasília: Senado Federal, 2020. p. 53-74.

MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução de Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2016[1928].

MORAES, D. de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, v. 4, n.1, p. 54-77, 2010. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.12420>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/12420>. Acesso em: 16 jul. 2024.

NEGRÃO, J. J. de O. **O jornalismo e a construção da hegemonia**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

PEIXOTO, C. do N. **Hegemonia, Jornalismo e Conhecimento**: possíveis leituras sobre práxis contra-hegemônica. 2019. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

PRIMO, A. F. T.; TRÄSEL, M. Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias. **Contracampo**, v. 14, p. 37-56, 2006. DOI: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i14.512> Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17416>. Acesso em: 16 jul. 2024.

RODRIGUES, R. H. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo**: cronotopo e dialogismo. 2001. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - LAEL/PUCSP: São Paulo, 2001.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem do Círculo de Bakhtin. In: BONINI, A.; MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (org.). **Gêneros**: teoria, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005. p. 152-183.

ROHLING, N. A pesquisa qualitativa e análise dialógica do discurso: caminhos possíveis. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 15, n. 2, 2014. DOI:

<https://doi.org/10.26512/les.v15i2.7561>. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/7561>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SALGADO, M. P. C. **Metodología de la investigación feminista**. Guatemala: Imprenta evolution, 2008.

TELES, M. A. de A.; MELO, M. de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

VOLOCHÍNOV, V. N. **A construção da Enunciação e Outros ensaios**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013 [1925-1930].

VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2014 [1929].

Artigo recebido em: 02/05/2024

Artigo aprovado em: 30/05/2024

Artigo publicado em: 16/07/2024

COMO CITAR

GUILHERME, M. L. F.; ACOSTA PEREIRA, R. "Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher": um olhar dialógico para webnotícias sobre violência contra a mulher. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 13, p. 1-18, e02418, 2024.